

8. Jesus-servo e os Povos-crucificados

8.1. Introdução

Jon Sobrino assume a expressão do teólogo Ignacio Ellacuría em um de seus artigos sobre o “povo crucificado”⁸⁵¹. Sobrino ora usa “povo crucificado” no singular ora utiliza “povos crucificados”⁸⁵² no plural. Entretanto, ambos os cristólogos fazem um círculo hermenêutico entre a paixão de Jesus vista do lugar dos povos crucificados e os povos crucificados vistos a partir da morte de Jesus⁸⁵³.

É uma necessidade haver uma cristologia da cruz na América Latina a partir dessa realidade dos povos e de Jesus crucificados. Leonardo Boff já se interrogava na década de 1970: “Como pregar a cruz de Jesus num mundo de crucificados”⁸⁵⁴. Entretanto, a cristologia da cruz não pode ser somente a realidade cruz, mas a partir dela e nela, quando é assumida com honradez, há a ressurreição. Não se pode separar a cruz da ressurreição nem esta daquela. No caminhar dos povos crucificados há cruz e ressurreição, simultaneamente. Eles vivem uma vida pascal. Há sempre de fazer como Ellacuría e Jon Sobrino, os quais formulam o pensamento cristológico numa estreita circularidade entre Jesus e os povos crucificados. São duas dimensões de uma realidade intrínseca. Assim, quando se fala em cruz e ressurreição é para mostrar na realidade latino-americana uma “soteriologia histórica”⁸⁵⁵.

Destarte, esse termo “soteriologia histórica” criado por Ignacio Ellacuría e assumido corajosamente por Jon Sobrino, o qual parece perfeito a partir de seus princípios hermenêuticos: Jesus foi crucificado porque assumiu a vida, a história e a defesa dos povos-crucificados e estes por sua vez ligados a Jesus ganham novo

⁸⁵¹ ELLACURÍA, I. El pueblo crucificado. In: *Mysterium Liberationis: Conceptos fundamentales del la Teología de la Liberación*. V. 2. Madrid: Editorial Trotta, 1990 p. 189-216.

⁸⁵² SOBRINO, J. *Jesus, o libertador*, op. cit., p.367; 369.

⁸⁵³ ELLACURÍA, I. El pueblo crucificado, op. cit., p. 194.

⁸⁵⁴ BOFF, L. *Paixão de Cristo, Paixão do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1977, p. 127. Recentemente este capítulo foi transformado num opúsculo, com acréscimos, com o tema: “A cruz nossa de cada dia: Fonte de vida e de ressurreição”. SEGUNDO, J. L. O homem de hoje diante de Jesus de Nazaré. V. 2, 1, op. cit. p. 3ss. TAVARES, S. S. *A cruz de Jesus e o sofrimento no mundo*. Petrópolis: Vozes, 2002.

⁸⁵⁵ ELLACURÍA, I. El pueblo crucificado, op. cit., p. 194.

sentido em suas histórias não somente de cruz, mas de ressurreição, assim como o Servo de Iahweh⁸⁵⁶.

8.2. Povos-crucificados e a Igreja dos pobres

A afirmação do Papa João XXIII na sua radiomensagem de 11 de setembro de 1962 constatava afirmativamente: “para os países subdesenvolvidos a Igreja apresenta-se como é e como quer ser, como Igreja de todos, e em particular como Igreja dos pobres⁸⁵⁷”. Isso iluminou os participantes do Vaticano II, os quais conseguiram a asserção de ser “a Igreja Povo de Deus⁸⁵⁸”. A partir dessa afirmação da constituição dogmática do Vaticano II, a *Lumen Gentium*, precisa-se repensar a cristologia⁸⁵⁹ e, conseqüentemente, a eclesiologia a partir dos pobres⁸⁶⁰.

Na América Latina, as Conferências dos Bispos em Medellín (1968) e Puebla (1979) possibilitaram aos teólogos uma produção imensa permitindo uma nova práxis teológica. Surgiram as teologias contextuais a partir da realidade dos pobres oprimidos, de modo especial a Teologia da Libertação e dentro dessa abóbada teológica está a pedra fundamental angular do pensamento cristão aqui neste continente a Cristologia da Libertação⁸⁶¹. Mesmo em Santo Domingo, num momento controverso houve avanços e recuos, mas houve avanços, os quais possibilitaram aos teólogos elaborarem uma teologia inculturada. Em Aparecida,

⁸⁵⁶ Ibid., p. 204.

⁸⁵⁷ ALBERIGO, G. (Org.). *História do Concílio Vaticano II*. V.2. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 192.

⁸⁵⁸ Concílio Vaticano II, Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, 9: Igreja povo de Deus. Com essa afirmação dogmática se possibilitou toda a mudança eclesiológica da Igreja no mundo e de modo especial em nosso continente. Grandes produções teológicas surgiram a partir do Concílio até hoje. Dois grandes eclesiólogos em destaque: José Comblin, recentemente, escreveu “O povo de Deus” e Leonardo Boff com seu livro “Igreja Carisma e Poder” dentre outros. Neste campo, a produção eclesiológica na América Latina é vastíssima: livros, revistas, artigos. Destaca-se com relevante valor a coletânea de vários autores, organizada recentemente por Paulo Sérgio Gonçalves e Vera Bombonato, publicada por Paulinas: “Concílio Vaticano II: análises e perspectivas”.

⁸⁵⁹ TORRES QUEIRUGA, A. *Repensar a Cristologia*. São Paulo: Paulinas, 1998, p. 9s. Justifica o que significa repensar a Cristologia, partindo com respeito a Tradição do passado e ressituaando-a responsavelmente no presente tendo em vista os novos paradigmas atuais pós-concílio Vaticano II.

⁸⁶⁰ SOBRINO, J. *A ressurreição da verdadeira Igreja*. São Paulo: Loyola, 1982. BOFF, L. *Do lugar do pobre*. Petrópolis: Vozes, 1984; Id. *E a Igreja se fez povo*. Petrópolis: Vozes, 1986. Há ainda uma vasta produção de livros e em artigos de periódicos neste campo. Surge a eclesiologia das CEBs tendo como princípios norteadores a “comunhão e a participação” numa unidade inseparável. Considera-se um modelo novo de Igreja, mas não outra Igreja, mas uma “reconfiguração” da Igreja, não mais piramidal, mas circular de comunhão entre clérigos e leigos.

⁸⁶¹ GIBELLINI, R. *A Teologia do século XX*. São Paulo: Loyola, 1998, p. 363-374. Apresenta dois pensadores da Cristologia Latino-americana: Leonardo Boff com seu livro: *Jesus Cristo Libertador* e Jon Sobrino com sua *Cristologia para a América Latina*. No entanto, na análise que faz dos dois, ele só ressalta o Jesus Histórico, não faz ressalvas ao Cristo Servo, título que Jon Sobrino faz emergir na sua obra a partir da década de 1970.

mais recentemente, aconteceram retomadas e reafirmações importantes como o uso do método “Ver, Julgar e Agir” e a opção preferencial pelos pobres como princípio hermenêutico de toda a teologia latino-americana.

Assim, esta Cristologia da Libertação não parte primordialmente dos dogmas cristológicos como o fazem algumas cristologias tradicionais. Ela parte da tradição primeira, o texto do Novo Testamento interpretado com a hermenêutica a partir dos povos crucificados⁸⁶².

8.3. Dimensão da *eleição* messiânica do Povo de Deus

O capítulo sobre o povo de Deus é considerado pelos eclesiólogos como o eixo do documento *Lumen Gentium*(LG)⁸⁶³ e a partir do qual toda a Teologia pós-conciliar bebe como fonte inesgotável⁸⁶⁴. Há uma cristologia a qual impulsiona o caminhar da Igreja e da teologia pós-conciliar.

No segundo capítulo da LG, a ideia cristológica como ponto de partida é a do Cristo, o Verbo de Deus encarnado instituindo a Nova Aliança com um Novo Povo mediante sua morte e ressurreição (LG 9), como está prometida em Jeremias 31, 31: “Eis que dias virão – oráculo de Iahweh – em que concluirei com a casa de Israel (e com a casa de Judá) uma aliança nova”. Ligado a essa concepção ressurge neste capítulo a ideia de Reino de Deus iniciado pelo próprio Deus e que chegará a sua plenitude nos fins dos tempos. E o novo povo é messiânico porque redimido pelo Messias Jesus. Ele se apresenta com a missão de instaurar no mundo o Reino neste povo e com ele ir para além de suas fronteiras para formar um povo universal⁸⁶⁵.

Há uma estreita correlação entre Cristo - como Sacerdote, único Mediador e Caminho de Salvação (LG 14) -, o Pai e o Novo Povo da Nova e Eterna Aliança, emergindo daí três grandes múnus de Cristo nos quais também participa o Novo

⁸⁶² SOBRINO, J. *Cristologia a partir da América Latina*, op. cit., p. 23ss.

⁸⁶³ COMBLIN, J. *O povo de Deus*. São Paulo: Paulus, 2002, p.17ss. Este tema da Igreja como Povo de Deus na *Lumen Gentium*(LG) é visto por todos os teólogos como sendo principal e fundante da nova realidade da Igreja. Grandes teólogos escreveram sobre ele e recentemente há vários trabalhos. Além deste de Comblin, há artigos de revistas e coletâneas escritas em comemoração aos 40 anos do Concílio. Em nosso meio, destaca-se a coletânea organizada por Paulo Sérgio e Vera Bombonato, com o tema: “Concílio Vaticano II: análise e perspectivas”.

⁸⁶⁴ Parafraseando João Batista Libânio ao escrever um artigo: “Lumen Gentium: mina inesgotável”, in Revista Vida Pastoral, nº 236, 2004, p. 3-8.

⁸⁶⁵ LG, 9; Mt 5,13-16.

Povo: o múnus profético (LG 12), o múnus régio (LG 13) e o múnus sacerdotal (LG 10). Em todos os múnus participam os fiéis leigos de ministérios não ordenados e os fiéis de ministérios ordenados como os bispos, os presbíteros e os diáconos. À medida que participa, simultaneamente, estabelece-se a comunhão entre esses membros. Evidentemente, os ministérios ordenados formam o sacerdócio ministerial ordenado, o qual difere em grau e essência dos outros ministérios laicais (LG 10)⁸⁶⁶.

8.3.1. Um povo partícipe do múnus profético de Cristo

Quando a constituição dogmática do Vaticano II *Lumen Gentium* fala do múnus profético de Cristo⁸⁶⁷, - este o Profeta do Pai⁸⁶⁸, - também assevera a participação do novo povo no serviço de Cristo profeta.

Pode-se observar primeiramente como esta participação se dá através do testemunho de vida cristã, quando Vaticano II afirma: “o povo santo de Deus participa também do múnus profético de Cristo, pela difusão do seu testemunho vivo, sobretudo através de uma vida de fé e de caridade, e pelo oferecimento a Deus do sacrifício de louvor, fruto de lábios que confessam o Seu nome” (LG, 12; Hb 12, 15). Em segundo lugar, “pela unção do Espírito Santo (1Jo 2, 20.27), a qual faculta nos fiéis, ‘desde os bispos até os últimos fiéis leigos’⁸⁶⁹”, o senso da fé, excitado e sustentado pelo Espírito da verdade, o Povo de Deus, sob a direção do sagrado Magistério, [...] recebe verdadeiramente a Palavra de Deus (1Ts 2,13); e apegase indefectivelmente à fé uma vez para sempre transmitida aos santos (Jd 3); e com reto juízo, penetra-a mais profundamente e mais plenamente a aplica na vida” (LG 12). A partir desta unção do Espírito os leigos podem exercer este múnus profético pregando o Evangelho com testemunho vivo e pela palavra falada (LG 35). A participação dos bispos e presbíteros no profetismo de Cristo, já faz

⁸⁶⁶ CONGAR, Y. *Os leigos na Igreja*. São Paulo: Editora Herder, 1966. Obra clássica de Congar sobre a teologia do laicato na qual estuda os três múnus: profético, sacerdotal e real comuns a todos os cristãos.

⁸⁶⁷ SOBRINO, J. Los mártires latinoamericanos. Interpelación y gracia para la Iglesia. *Revista Latinoamericana de Teología*. San Salvador: UCA Editores, v.16, n. 48, p. 307-330, [dez.]1999. Id. Los mártires jesuánicos en el tercer mundo. *Revista Latinoamericana de Teología*. San Salvador: UCA Editores, v.16, n. 48, p. 237-255, [dez.]1999. Idem. *¿Es Jesús una buena noticia?* Disponível em: <<http://www.servicioskoinonia.org/relat/070.htm>>. Acesso em: 16 abr. 2007.

⁸⁶⁸ CULLMANN, O. *Cristologia do Novo Testamento*, op. cit., p. 31-74. Tudo indica que Jesus aplicou a si mesmo este título em Mc 6, 4. O profeta profere a Palavra de Deus.

⁸⁶⁹ LG, 12. Em rodapé: AGOSTINHO. *De praedestinatione sanctorum*, 14, nº 27, (PL 44, 980).

parte da própria natureza tanto do bispo quanto do presbítero anunciar o Evangelho pelo testemunho de vida e pela palavra (LG 11; 28).

Entretanto, o povo consciente de sua fé e de sua história assume ser sujeito transformando-as em serviços proféticos tanto denunciando as injustiças como anunciando, direta ou indiretamente, a Justiça do Reino de Deus. As CEBs são a maior prova de que o serviço profético é sua principal razão de resistência.

8.3.2. Um povo partícipe do *múnus régio* de Cristo

O Reinado do povo vem de Jesus Cristo como Rei universal, não como os reis do mundo, os quais governam pelo poder das leis e dos exércitos, mas Jesus é Rei Universal pelo amor misericordioso, serviço solidário e ministério de Justiça do Reino a partir dos pobres.

Quanto ao *múnus régio* de Cristo como afirma a *Lumen Gentium* 36: “reinar é servir” ou vice-versa. Essa circularidade dos verbos reinar e servir leva a compreensão de Jesus como Rei que reina pelo serviço de servo e porque é servo se reconfigura seu reinado, puramente, serviço. Entretanto, há ambiguidades no uso do título quando se aplica a Jesus. Basta observar quando Jesus se reconhece Rei diante de Pilatos, este começa a repensar sobre a situação de Jesus por ter se declarado Rei. Este título comporta ambiguidades porque os reis terrenos instalaram pela força dos exércitos e das guerras. Contudo, o título aplicado pela Igreja a Jesus, é estritamente messiânico, pois se tratava da esperança de um novo Davi⁸⁷⁰ e se liga aos outros títulos messiânicos aplicados a Jesus como: messias, sumo-sacerdote, servo de Deus. Só há sentido messiânico nesse título quando se aplica a Jesus pelo serviço por Ele exercido à humanidade. Os fiéis leigos participam deste *múnus* quando se ligam a Cristo no serviço para implantar o Reino do Pai, “reino de verdade e vida, reino de santidade e graça, reino de justiça, paz e amor” (LG 36)⁸⁷¹. Quanto aos bispos, já fazem parte desta dimensão régia de Cristo pela sua própria índole de serem os sucessores dos apóstolos. Quanto ao presbítero, somente quando está ligado à pessoa do bispo (LG 27-28), faz parte dessa dimensão real de Cristo.

Assim, Jesus Cristo é o Rei pelo serviço de instauração do Reinado de Deus a partir dos pobres e a ele estão associadas intrinsecamente as figuras dos

⁸⁷⁰ BORG, M. J.; CROSSAN, J. D. *A última semana*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007, p. 18s.

⁸⁷¹ Cf.: Prefácio da Festa de Cristo-Rei, no atual, missal romano.

bispos como sucessores dos apóstolos e dos presbíteros como membros animadores das comunidades do povo de Deus. E este mesmo povo participa deste *múnus régio* por que está ligado diretamente a Jesus pela fé e pelo batismo, com seus carismas e ministérios, conforme o documento conciliar supracitado.

8.3.3. Um povo partícipe do *múnus sacerdotal* de Cristo

Segundo Oscar Cullmann, este título de sumo sacerdote ao ser aplicado a Jesus, “guarda uma estreita relação com o de Servo de Deus”. Poder-se-ia considerá-lo como uma variante de Cristo servo, todavia há uma complexa cristologia por não se tratar somente da obra terrena de Jesus. Em se tratando do *múnus sacerdotal* de Cristo⁸⁷², - este sumo sacerdote do Pai, - na nova Aliança com o novo povo há uma íntima relação da vida de Cristo como sacerdote com o seu povo mediante os mistérios dos sacramentos (LG 11), a “regeneração e a unção do Espírito Santo” (LG 10). De maneira especial, o povo novo “participa do sacrifício eucarístico, fonte e ápice de toda vida cristã, oferece a Deus a vítima divina e com Ela a si mesmos” (LG 11).

A *Lumen Gentium* faz a diferença implícita do antigo sacerdócio para o novo sacerdócio de Cristo quando afirma ser o “Cristo Senhor, Pontífice tomado dentre os homens (Hb 5,1-10), que fez do seu povo um reino e sacerdotes para Deus Pai⁸⁷³”. Cristo, nestes textos, é o eterno e sumo sacerdote por obediência à vontade do Pai, pois ele se ofereceu livremente na cruz pela salvação da humanidade. Destarte, não é sacerdote do Templo no sentido estrito da função (Hb 7, 15ss), mas é um Sacerdócio existencial da vida de Cristo, pois todo o seu Ser foi uma entrega “*kenótica*” e de oferecimento ao projeto de Salvação do Pai, na Cruz. A partir dessa leitura, pode-se aceitar a cruz como “novo sacrifício”.

Assim o exercício sacerdotal no Templo passa a ter uma dimensão nova por que o sacerdote mudou por isso também a concepção de sacrifício, requerendo uma nova hermenêutica dessa cristologia⁸⁷⁴. Nesta nova visão os redimidos pelo seu sacrifício também participam do seu sacerdócio. Há uma distinção entre o sacerdócio de Cristo, o sacerdócio comum dos fiéis e o sacerdócio ministerial:

⁸⁷² CULLMANN, O. *Cristologia do Novo Testamento*. São Paulo: Custon, 2004, p.113-143.

⁸⁷³ LG, 10; Apoc 1,6; 5, 9-10.

⁸⁷⁴ SOBRINO, J. *A fé em Jesus Cristo*, op. cit., p. 195-216

Ordenam-se um ao outro, mas se diferenciam na essência e não apenas em grau, porque ambos participam, cada qual a seu modo do único sacerdócio de Cristo (LG 10). O sacerdócio ministerial, pelo poder sagrado de que goza, forma e rege o povo sacerdotal, realiza o sacrifício eucarístico na pessoa de Cristo e O oferece a Deus em nome de todo o povo; da parte de seus fiéis, em virtude do seu sacerdócio régio, concorrem a oferecer a Eucaristia e exercerem o seu sacerdócio no receber os sacramentos, na oração e na ação de graças, no testemunho de uma vida santa e na abnegação e na operosa caridade (LG 10).

Um povo laical, porém como está ligado diretamente ao novo sacerdócio em Jesus Cristo também participa do seu sacerdócio universal. Já se estudou acima sobre o tipo de sacerdócio de Jesus. Não é segundo a antiga aliança, pois segundo esta, Jesus Cristo é um leigo onde afirmou-se categorialmente que Jesus veio da tribo de Judá, tribo a respeito da qual Moisés nada diz quando se trata dos sacerdotes (Hb 7, 14). Destarte, Jesus e o povo são “sacerdotes” existenciais por que se oferecem ao Pai em doação sacrificial conforme o texto petrino: “Chegai-vos a ele, a pedra viva, rejeitada, é verdade, pelos homens, mas diante de Deus, eleita e preciosa. Do mesmo modo, também vós, como pedras vivas, constituí-vos em um edifício espiritual, dedikai-vos a um sacerdócio santo, a fim de oferecerdes sacrifícios espirituais aceitáveis a Deus por Jesus Cristo” (1Pd 2, 4-5).

8.4. Dimensão da *missão*: “Luz para as nações”.

Um tema não tão fácil de abordá-lo haja vista a missão de Israel de ser “luz” pode possibilitar ambiguidades na interpretação. Essas ambiguidades podem ser eliminadas quando se compreende tal missão a partir do Servo Sofredor em Isaías. Jesus como Servo de Deus e de sua Igreja e esta como serva de Deus. A Eleição⁸⁷⁵ sempre foi e deve continuar sendo na Igreja de Cristo como uma missão, assim como o entendeu Jesus, o Servo de Deus que “veio para servir⁸⁷⁶ e não para ser servido” (Mt 20, 28). Um serviço pelo Reinado de Deus e a eleição de Cristo nunca deve ser entendido como privilégio nem muito menos de ninguém e nem da Igreja nem do novo povo. Quando a Igreja compreende sua missão de ser “ser luz das nações” como privilégio, veste-se de poder dominação e de privilégios ostensivos e para legitimar essas posturas aplica a Jesus título como o

⁸⁷⁵ BEM-CHORIN, S. *A eleição em Israel*. Petrópolis: Vozes, 1997.

⁸⁷⁶ TEPE, V. *Veio para servir*. Petrópolis: Vozes, 1998. O livro é sobre o serviço do Servo começando pelo Servo sofredor no Dêutero-Isaías, por Jesus, como Servo e mais ousadamente apresenta Deus como Servo. O cristão é “servo inútil” como afirma o evangelho (Lc 17, 7-10).

Cristo *pantocrator*⁸⁷⁷, Senhor do mundo, distante dos homens, juiz legislando a partir de leis ausentando-se da misericórdia. Quem ainda hoje vive a missão dessa forma toda sua pregação começa pela explanação de lei como poder religiosos⁸⁷⁸ sem nenhum princípio de misericórdia para com os pecadores e os empobrecidos. A preocupação é com a ortodoxia e a partir dela criar uma ortopraxia de intolerância criando patologias no exercício da administração do poder sagrado.

Entretanto, ao se vivenciar a missão de “ser luz das nações” numa perspectiva do Servo de Deus, tal seja como Jesus na teologia joanina do lava-pés (Jo 13), onde se constitui uma Igreja circular, de comunhão e serviço, sempre como uma missão de abertura, dialogal e de universalidade, a inteligência doutrinal é outra e a práxis é sempre dinâmica, atualizando-se e recontextualizando-se, histórica, humana e geograficamente. Como se dá essa perspectiva? Jon Sobrino ajuda a refletir com foco numa interpretação do servo⁸⁷⁹. O Dêutero-Isaías afirma que uma dimensão da missão do servo é “ser luz das nações” (Is 42, 6; 49, 6) para Israel e dilatar às outras nações. Esse “servo-luz” – seja uma pessoa ou um povo – é para que todos cheguem à salvação: “Estabeleci-te como luz das nações, a fim de que a minha salvação chegue até as extremidades da terra” (Is 49, 6b).

Quando se tenta descobrir o significado da “luz de salvação” para todos a partir do Servo em Isaías, é possível perceber pelo menos três dimensões: A primeira é a sua estética paradoxal visível, a qual, Sobrino descreve como “contrária a toda luminosidade, “assombra” pelo “inaudito”. E nessa capacidade de “assombrar” o servo continua sendo luz desmascarando a mentira das nações e lhes oferecendo verdade humanizante⁸⁸⁰”. Isso é demonstrável por seu rosto golpeado pelas injustiças e violências. Um servo justo e inocente carregando sobre si o peso dos sofrimentos e dos pecados de muitos (Is 53, 4.6.12). A segunda dimensão é a coragem, pois o servo possui em si a força indestrutível do espírito divino: “Pus sobre ele o meu espírito” (Is 42, 1b). Por isso, seu rosto é como pederneira (pedra de fogo) da qual saem faíscas luminosas e quiçá incendiárias (Is 50, 7). É a coragem da missão profética em denunciar as injustiças e anunciar o direito e a justiça de Deus, pois o servo “não vacilará nem desacorçoará até que

⁸⁷⁷ SESBOÜÉ, B. *História dos dogmas*, tomo 1, op. cit., p. 82.

⁸⁷⁸ BOFF, L. *Igreja: Carisma e poder*, op. cit., p. 176ss.

⁸⁷⁹ SOBRINO, J. *Jesus, o libertador*, op. cit., p. 376.

⁸⁸⁰ Ibid., p. 376.

estabeleça o direito na terra” (Is 42, 4). E a terceira dimensão é a verdade fazendo desmascarar toda mentira, toda pecaminosidade⁸⁸¹, toda estrutura de pecados, seja ela estrutural, coletiva ou pessoal⁸⁸².

O servo foi chamado por Iahweh para o serviço da justiça divina estabelecendo a aliança (Is 42, 6). Foi enviado para apregoar a todos os povos, até os mais distantes (Is 49, 1). Sua palavra é uma espada cortante (Is 49, 2), tem a língua de discípulo (Is 50, 4) e anunciará a Boa-nova da Salvação a todos (Is 52, 7). Instaurará o direito e a justiça aos sofredores sendo solidários com seus sofrimentos. Oferecerá, vicariamente, sua vida como sacrifício expiatório com a finalidade dos desígnios salvíficos de Deus por meio dele triunfarem (Is 53, 10). Essa verdade no Novo Testamento é a pessoa de Jesus com sua mensagem e sua prática: “Eu sou a luz do mundo. Quem me segue não andará nas trevas, mas terá a luz da vida” (Jo 8, 12). O seguimento da pessoa de Jesus é a verdade para iluminar a vida do ser humano: “Se permanecerdes na minha palavra, sereis verdadeiramente meus discípulos e conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará” (Jo 8, 31-32).

Ora, em se tratando dos povos crucificados como “Servo Sofredor”, eles vivem sua própria “encarnação” histórica, sua kênosis num mundo de injustiças. Como já se anotou acima sobre as feições⁸⁸³ dos empobrecidos golpeadas pela miséria das opressões latino-americanas (Puebla, 31-39). No entanto, esses povos crucificados oferecem “luzes” pela sua capacidade de resistir, lutar, trabalhar e manter sempre o princípio-esperança⁸⁸⁴ criando utopias segundo as quais “um outro mundo é possível⁸⁸⁵”. Um olhar mais profundo, ou seja, usando o método: “ver, julgar e agir” a partir da perspectiva dos empobrecidos leva a ver as luzes

⁸⁸¹ Ibid., p. 376.

⁸⁸² Id. *O princípio misericórdia*, op. cit., capítulos: 5 e 6.

⁸⁸³ SUESS, P. *Dicionário de Aparecida*. 40 palavras-chaves para uma leitura pastoral de Documento de Aparecida. São Paulo: Paulus, 2007, p. 106-108. O autor recolhe todas as passagens nas quais existem a palavra e o significado de pobres no documento de Aparecida.

⁸⁸⁴ BLOCH, E. *O Princípio esperança*. V. 1. Rio de Janeiro: EdUERJ; Contraponto, 2005. Vejam-se: Id. V. 2 em 2006 e V. 3 em 2006. Jon Sobrino se apropria do termo, mas mudando esperança por misericórdia. Cita Bloch e Moltmann, porém de forma mais enfática Kant. Cf.: “A fé em Jesus Cristo” quando vai abordar o tema da esperança a partir das vítimas, p. 23ss. Veja-se também: MOLTSMANN, J. *Teologia da Esperança*. 3.ed revista e atualizada. São Paulo: Teológica; Loyola, 2005, principalmente a introdução: “meditação sobre a Esperança” e apêndice: “Princípio Esperança e a Teologia da Esperança. Um diálogo com Ernst Bloch”.

⁸⁸⁵ SUSIN, L. C. (Org.). *Teologia para outro mundo possível*. São Paulo: Paulinas, 2006. Este livro reúne os artigos de vários teólogos e teólogas do “Fórum Mundial de Teologia da Libertação (FMTL) realizado em Porto Alegre-RS, em janeiro de 2005.

desses povos crucificados não somente para a América Latina, mas para todo o mundo. Mesmo a partir do lado paradoxal e contraditório como muitas vezes se observa no mundo dos pobres há violências e também injustiças⁸⁸⁶. Recentemente, Jon Sobrino reassume corajosamente a tese: “fora dos pobres não há salvação”, pois esses pobres oferecem luz e graça para quem não as têm:

O povo crucificado oferece “luz” (Is 42, 6; 49, 6 se diz do servo que é “luz das nações”, embora neste canto não se trate ainda do servo sofredor). Em nossos dias, diz Ellacuría, o Terceiro Mundo oferece luz ao Primeiro Mundo para que este se veja em sua verdade, o qual é elemento importante de salvação. Para mostrar isso, usou duas metáforas gráficas: o povo crucificado é como um espelho invertido, no qual, ao ver-se desfigurado, o Primeiro Mundo se vê em sua verdade, que tenta ocultar ou dissimular. E é também o que aparece na coproanálise, no exame de fezes do Primeiro Mundo. A existência de povos crucificados mostra a verdade de seu estado de saúde⁸⁸⁷.

Os povos crucificados sejam eles da América Latina ou de todo o terceiro mundo empobrecido têm uma missão no mundo de trazer a salvação⁸⁸⁸ e na afirmação ousada de Jon Sobrino: “fora dos pobres não há salvação⁸⁸⁹” significa afirmar similarmente: “fora dessa luz dos pobres não há salvação”. Estas duas metáforas gráficas do “espelho invertido” e do “coproanálise” mostram a realidade dos povos crucificados e esta realidade não é ideal, mas real. Com uma hermenêutica a partir dos pobres essa realidade se mostra clarividente e, portanto, urge uma práxis para transformar essa realidade onde a vida seja mais humana mediante a vivência dos valores do evangelho. Para tanto, Jon Sobrino utiliza quatro expressões verbais para demonstrar esse seguimento:

Significa *encarnar-se* e chegar a ser carne real na história real. Significa *levar a cabo* uma missão, anunciar a boa notícia do Reino de Deus, iniciá-lo com sinais de todo tipo e denunciar a espantosa realidade de anti-reino. Significa *carregar* o pecado do mundo, sem ficar somente olhando-o de fora – pecado, certamente, que continua mostrando sua força no fato de causar morte a milhões de seres humanos. Significa, finalmente, *ressuscitar*, tendo e dando aos outros, vida, esperança e alegria⁸⁹⁰.

⁸⁸⁶ SOBRINO, J. *Fora dos pobres não há salvação*. São Paulo: Paulinas, 2008, p. 116.

⁸⁸⁷ Ibid., p. 23.

⁸⁸⁸ Id. *Jesus, o libertador*, op. cit., p. 377.

⁸⁸⁹ Id. *Fora dos pobres não há salvação*, op. cit. 22.

⁸⁹⁰ Id. *O princípio misericórdia*, op. cit., p. 31. Veja-se um aprofundamento maior dessas expressões de Sobrino no seu livro: “Fora dos pobres não há salvação”, p. 136ss.

Somente pode brilhar a “luz divina” da verdade para todos os povos, onde e quando, os povos-crucificados assumem essas quatro realidades, as quais se encaixam nas três dimensões do Servo Sofredor em Isaías, - eleição, missão e destino - em Jesus como *Logos* feito carne (*sarx*) (Jo 1,14), crucificado-ressuscitado, nos profetas-mártires como Dom Oscar Romero e diga-se também notadamente de Dom Hélder Câmara.

8.4.1. Princípio-misericórdia fonte da solidariedade

O princípio-misericórdia tão desenvolvido por Jon Sobrino como se viu anteriormente, também, alcança seu ponto ápice na teologia feminista e de integração masculino-feminino na Cristologia da Libertação na caminhada da Igreja dos pobres⁸⁹¹. A solidariedade do Servo de Deus (Is 53), a *kênosis* de Jesus na encarnação chegando à plenitude na cruz e a vida testemunhal solidária dos profetas-mártires dão sustentáculo e legitimidade à solidariedade dos povos-crucificados.

Entretanto, somente é possível essa solidariedade entre os três, partindo do princípio-misericórdia como a força feminina maternal do próprio Deus gerando vida e salvação por suas entranhas – as *rahamins*⁸⁹² - (Jr 31, 20; Is 49, 15). Partindo de Jesus, não há como renunciar a divindade de Jesus. Ele é o *Logos feito carne* (Jo 1, 14) e afirmar isso é afirmar a divindade e humanidade de Jesus. Nele, há, sem dúvida, o equilíbrio harmonioso entre o masculino e o feminino tanto em sua dimensão divina quanto humana.

⁸⁹¹ BOFF, L. Masculino/feminino: O que é o ser humano? In: SOTER (Org.). *Gênero e Teologia: Interpelações e perspectivas*. São Paulo: Loyola; Paulinas, Soter, 2003, p. 203-216. O Princípio-misericórdia visto na perspectiva da Cristologia da Libertação emerge com maior fluidez na teologia feminista, pois esta redescobre uma nova imagem de Deus, não somente o *Abbá* de Jesus – paizinho querido: um Deus paterno-maternal e materno-paternal - mas a dimensão feminina do Mistério de Deus exigindo uma nova hermenêutica. Descobre-se de forma nova a maternidade e a feminilidade de Deus além de sua já masculinidade. Nos tempos atuais, descobre-se no cristianismo mediante a Teologia Feminista a integração polarizada entre mulher e homem, mãe e pai, feminino e masculino, isto é, os dois gêneros como iguais mantendo as diferenças numa reciprocidade. Não há mais uma ideia de um Deus androcêntrico nem muito menos de um Deus “ginecêntrico”, mas uma integração entre ambas as diferenças e semelhanças entre homem e mulher. Ninguém compreende melhor a misericórdia divina e sua extensão na criação e de modo especial nos seres humanos como a interpretação da teologia feminista tanto nas Escrituras Sagradas como na Teologia, na espiritualidade e em todas as formas da realidade humana. Essa nova interpretação feminista de Deus, do ser humano e das novas culturas, leva a um equacionamento da realidade dos dois gêneros, não um pólo sobressaindo sobre o outro, mas de forma correlacional e dialogal de diferenças e semelhanças entre o homem e a mulher

⁸⁹² BENGEMER, M. C. *O segredo feminino do mistério*. Petrópolis: Vozes, 1991, p. 68ss.

Quando se adota a ideia do Servo Sofredor como aquele assumindo vicariamente o sofrimento e a morte por muitos, suas características demonstram ser divinas, sobretudo em Isaías 53. Não parece se tratar somente de uma pessoa em sacrifício nem muito menos de um real cordeiro em sacrifício como já havia em Israel a partir de Abraão e Isaac (Gn 22). Apesar de nenhum lugar está escrito patentemente ser o Servo de Iahweh, um Deus, mas tudo leva a compreendê-lo como alguém provindo da parte divina e sendo assim é também Deus, pois quando se fala da sua glória, afirma-se que a terra mal pode suportá-lo⁸⁹³ e ele possui o “espírito de Iahweh” (Is 42, 1). O quarto cântico do Servo é decisivo para compreendê-lo para além de um profeta, místico ou sábio em Israel, pois ele oferece sua vida em sacrifício expiatório (Is 53, 10) e carrega sobre si os pecados de muitos além de interceder pelos pecados (Is 53, 12).

Evidentemente, essa leitura é referendada a partir de Novo Testamento quando a comunidade apostólica fez a experiência da ressurreição de Jesus. Deus o ressuscitou e o constituiu Senhor e Cristo o santo servo Jesus (Atos 2, 36; 3, 13-15). Esse princípio hermenêutico da interpretação das sagradas escrituras a partir de Jesus já era um fato no início do cristianismo. Basta ver dois discursos. Um no corpo joaneu quando Jesus enfrenta seus compatriotas ortodoxos:

Os judeus, então, rodearam-no e lhe disseram: “até quando nos manterás em suspenso? Se tu és o Cristo, dize-nos abertamente”. Jesus lhes respondeu: “Já vo-lo disse, mas vós não acreditais [...] Eu e o Pai somos um”. Os judeus, outra vez, apanharam pedras para apedrejá-lo. Jesus, então, disse-lhes: “Eu vos mostrei inúmeras obras boas vindas do Pai. Por qual delas quereis lapidar-me?” Os judeus lhe responderam: “Não te lapidamos por causa de uma boa obra, mas por blasfêmia, porque, sendo apenas homem, tu te fazes Deus”. Jesus lhes respondeu: “Não está escrito em vossa Lei: *Eu disse: Vós sois deuses?* Se ela chama deuses aqueles, aos quais, a Palavra de Deus foi dirigida – e a Escritura não pode ser anulada – Àquele que o Pai consagrou e enviou ao mundo vós dizeis: ‘Blasfemas!’ porque eu disse: ‘Sou Filho de Deus’! [...] (Jo 10, 24-39).

O texto joanino faz uma tentativa frente aos judeus daquela época em apresentar Jesus como Filho de Deus e por causa da não aceitação, Jesus se retira ao retorno do Batista, isto é, ao deserto para um recomeço a partir de lá como um novo exílio (Jo 10, 40-42). Isso significa a dificuldade frente aos judeus ortodoxos

⁸⁹³SCHÖKEL, L. A.; DIAZ, J. L. S. *Profeta I, op. cit.*, p. 341.

daquela época de apresentar Jesus como Deus, ou Filho de Deus, o qual foi crucificado.

Outro discurso é o de Paulo entre os gregos atenienses. Precisa convencer ser Jesus, Deus! Para tanto, usa da argumentação “*ad hominem*” para, a partir da realidade de alteridade, promover uma interculturalidade na qual a mensagem e a prática do evangelho fossem aceitas:

Paulo falou: “Cidadãos atenienses! Vejo que, sob todos os aspectos, vós sois os mais religiosos dos homens. Pois, percorrendo a vossa cidade e observando os vossos monumentos sagrados, encontrei até um altar com a inscrição: ‘Ao Deus desconhecido’. Ora bem, o que adorais sem conhecer, isto venho eu vos anunciar. O Deus que fez o mundo e tudo o que nele existe, o Senhor do céu e da terra, não habita em templos feitos por mãos humanas. [...]. Pois, nele vivemos, nos movemos e existimos, como alguns dos vossos, aliás, já disseram: ‘Porque somos também de sua raça’. Ora, se nós somos de raça divina, não podemos pensar que a divindade seja semelhante ao ouro, à prata, ou à pedra, a uma escultura da arte e engenho humanos. [...] (Atos 17, 22-31).

O discurso apresenta Paulo como grego para conquistar os gregos para Cristo, aliás, ele possuía cidadania e educação grega além de ser um judeu formado na escola de Gamaliel: “Eu sou um judeu, de Tarso, da Cilícia, cidadão de uma cidade insigne. Agora, porém, peço-te: permite-me falar ao povo” (At 21, 39-40)⁸⁹⁴. Assim, também são os títulos aplicados a Jesus, os quais, nas outras culturas havia um significado e se utilizou como linguagem reconfigurando com uma perspectiva histórico-salvífica⁸⁹⁵. Com essa capacidade de Paulo de ser com o outro e a partir da cultura do outro, ele traçou sua forma de evangelizar. O princípio-misericórdia, nos povos empobrecidos, leva a solidariedade entre si e com os outros, mesmo que não sejam empobrecidos.

8.4.2. Direito e Justiça do Reino de Deus

Direito e Justiça do Reino de Deus formam um tema amplo e complexo. Fazem parte integrante da missão do Servo escolhido e enviado para estabelecer o Direito (Is 42, 4) e exercer o serviço da Justiça (Is 42, 6a). Servo é chamado,

⁸⁹⁴ FABRIS, R. *Paulo: Apóstolos dos gentios*. São Paulo: Paulinas, 2001, p. 16ss.

⁸⁹⁵ SOBRINO, J. *A fé em Jesus Cristo*, op. cit., p. 179-194.

modelado e constituído por Iahweh para instaurar a Aliança com seu povo por meio da fidelidade mútua (Is 42, 6b).

O ponto de partida deve ser sempre a Aliança e esta por sua vez se estabelece como Lei Sagrada (Torá), a qual originalmente designava o ensinamento da mãe e do pai: “Escuta, meu filho, a disciplina do teu pai, não desprezes a instrução da tua mãe” (Pr 1, 8; 4, 1ss; 6, 20)⁸⁹⁶. Com o progresso histórico essa Lei Sagrada (Torá) torna-se um termo técnico para designar a Aliança feita por Deus com seu povo, a qual precisa ser cumprida fielmente. A pregação dos profetas se baseia na denúncia da infidelidade à aliança e no anúncio de restabelecimento dela mediante uma mudança de comportamento do povo quando recomeça a viver a “instrução” (Lei) encarnando-a testemunhalmente em suas vidas (Is 8, 16.20). O mesmo acontece com as instruções dos sacerdotes aos leigos a fim de educarem seus filhos nos caminhos do Deus da vida⁸⁹⁷ pois na prática destas instruções está a fidelidade ao pacto da Aliança.

Sendo a aliança um acontecimento de encontro de Deus com seu povo, criando-o, libertando-o e salvando-o constitui-se primordialmente, realidade primeira e o código legal é ato segundo. Aliás, é um terceiro passo. A Bíblia como livro escrito da história da aliança⁸⁹⁸ foi primeiramente experiência vivida entre Deus e seu o povo, depois foi interpretada e contada oralmente e só posteriormente escrita pelas gerações sucessivas para manter a memória dessa aliança como o foi a experiência a partir do exílio babilônico. Uma aliança constituindo-se fundamentalmente por meio do Direito e da Justiça de Deus para com seu o povo⁸⁹⁹. Entre esse povo o direito deve defender, primordialmente, os pobres para que haja justiça com eles. Esse binômio: Direito/Justiça, inseparáveis em Israel, deve estabelecer um código de ética formando a estrutura de um povo alicerçado na fraternidade, na igualdade, na liberdade para que possam instituir a paz divina. Assim, em Isaías, é necessário passar por um processo de purificação e conversão: “Lavai-vos, purificai-vos! Tirai da minha vista vossas más ações!

⁸⁹⁶ CRÜSEMANN, F. *A Torá*. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 12. Veja-se: CROATTO, S. J. *Isaías*. V. I: 1-39: O profeta da justiça e da fidelidade. Petrópolis: Vozes; Sinodal; Metodista, 1989.

⁸⁹⁷ *Ibid.*, p. 12.

⁸⁹⁸ SCHWANTES, M. *Sufrimento e esperança no exílio: História e teologia do povo de Deus no século VI a. C.* São Paulo: Paulinas, 2007. Vejam-se os capítulos 3 e 4.

⁸⁹⁹ CRÜSEMANN, F. *A Torá*, *op. cit.*, p. 159.

Cessai da praticar o mal, aprendei a fazer o bem! Buscai o direito e corrigi o opressor! Fazei justiça ao órfão, defendei a causa da viúva” (Is 1, 16-17).

Uma leitura atenta dos outros profetas vai mostrar Deus sempre agindo em defesa do oprimido. Ele é o *Go’el* – o defensor dos pobres – e toma partido defendendo os pobres com sua misericórdia (Ex 3, 7ss)⁹⁰⁰. Então, seu direito e sua justiça nascem da sua misericórdia⁹⁰¹ (Ex 22, 26). Os evangelhos, principalmente, o escrito mateano mostra a justiça do Reino de Deus⁹⁰² como ponto fundamental da Nova Aliança, mas nascida dos atos misericordiosos de Deus. A justiça vem para aqueles que a desejam e a procuram ardentemente: “Bem-aventurados os que têm fome e sede da justiça, porque serão saciados” (Mt 5, 6) e ainda um dos sinais de que estão com a verdadeira justiça do Reino de Deus é a perseguição: “Bem-aventurados os que são perseguidos por causa da justiça, porque deles é o Reino dos Céus” (Mt 5, 10). Para seguir a Jesus há de se fazer justiça sempre em grau maior do que a dos não-seguidores: “Guardai-vos de praticar a vossa justiça diante dos homens para serdes vistos por eles. Do contrário, não recebereis recompensa junto ao vosso Pai que está nos céus” (Mt 6, 1) e o sermão da montanha: “Se a vossa justiça não ultrapassar a dos escribas e fariseus, não entrareis no Reino dos Céus” (Mt 5, 20).

Os povos crucificados tornam-se o Servo Sofredor porque também são perseguidos e mortos (martirizados) por causa do direito e da justiça do Reino de Deus⁹⁰³. Partindo do Servo Sofredor em Isaías e Jesus no Novo Testamento, os povos crucificados da América Latina em quantidade maior são crentes em Jesus. Quando não, lutam por justiça no mundo para que seja mais humano contendo valores universais, os quais se encontram em todas as grandes religiões como asseverou Hans Küng no seu projeto de ética mundial como base para uma sociedade mundial⁹⁰⁴. Esses povos crucificados são mortos muitas vezes porque enfrentam ativa e corajosamente as injustiças do mundo, por isso, são perseguidos

⁹⁰⁰ BLANK, R. *Deus na história*, op. cit., p. 140ss.

⁹⁰¹ CRÜSEMANN, F. *A Torá*, op. cit., p. 257.

⁹⁰² CARTER, W. *O Evangelho de São Mateus*. São Paulo: Paulus, 2002, p. 212ss. Vejam-se também: ZEILINGER, F. *Entre o céu e a terra*. São Paulo: Paulinas, 2008. SELLA, A. *Ética da justiça*. São Paulo: Paulus, 2003, p. 121ss. GORGULHO, G. S.; ANDERSON, A. F. *A Justiça dos pobres*. São Paulo: Paulinas, 1981.

⁹⁰³ SOBRINO, J. *Jesus, o libertador*, op. cit., p. 372.

⁹⁰⁴ KÜNG, H. *Uma ética global para a política e a economia mundiais*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 166ss.

e martirizados. Esses são grupos organizados, os quais tomam uma consciência da realidade de opressão e enfrentam com honradez a realidade para transformá-la.

Entretanto, há outros tipos de Servos sofredores perseguidos e mortos, passiva e lentamente, anônimos e vitimados pelos diversos tipos de perseguição e de mortes. No dizer do escritor e poeta João Cabral de Melo Neto: “É a morte de que se morre de velhice antes dos trinta, de emboscada antes dos vinte, de fome um pouco por dia, de fraqueza e de doença é a morte Severina ataca em qualquer idade, até gente não nascida⁹⁰⁵”.

8.5. Dimensão do *destino pascal* dos Povos-crucificados

Estes povos crucificados, de uma forma ou de outra, participam não somente da missão de estabelecer o direito e a justiça do Reino de Deus no mundo, mas do destino de forma análoga ao servo sofredor (Is 53) de modo especial do destino de Jesus Cristo, perseguido, morto e ressuscitado. Neles, assim como versa a teologia do servo sofredor e como se pode perceber em Jesus, há perseguição contínua e muitos são vítimas de mortes violentas.

Historicamente, em toda a América Latina sempre houve mártires em defesa da fé e dos valores do Reino de Deus como justiça, liberdade, paz. São eles: profetas, bispos, padres, religiosos(as), catequistas, camponeses, sindicalistas, operários, estudantes, universitários e de forma bem destacada Irmã Dorothy Stang, mártir da Amazônia, em 12 de fevereiro de 2005⁹⁰⁶. Esta mártir é apenas símbolo de uma geração de mártires por causa do Reino e até mesmo dos mártires anônimos entre os povos mais simples, os quais dão a vida no cotidiano e nessa cultura opressora fazendo gerações vitimadas pelos sistemas de morte.

O destino pascal dos seguidores de Jesus, missionários e profetas, tem sido de martírio e de ressurreição. Por isso, diz-se ser pascal: morte/ressurreição já na história, entretanto, como se vê, a realidade é sempre transcendente.

A vida cristã tem suas origens no próprio fundador: Jesus, o profeta-mártir. Ele assume a vida de profeta em sua linhagem a partir do Antigo Testamento. Os profetas são defensores da Aliança. Quando esta passa por um processo de

⁹⁰⁵ MELO NETO, J. C. *Morte e vida Severina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 46.

⁹⁰⁶ MURPHY, R. *Mártir da Amazônia: A vida da irmã Dorothy Stang*. São Paulo: Paulus, 2008.

desestruturação pela infidelidade dos poderes políticos e religiosos, eles reagem denunciando a quebra do pacto por parte dessas lideranças e até do povo. Por isso, eles são perseguidos e são martirizados. Jesus foi perseguido do início ao fim de sua existência histórica. Os profetas enfrentam ferrenhamente três grandes poderes corruptores da Aliança: o poder religioso da religião institucionalizada; o poder opressor do Rei ou do Estado; o poder ideológico e instrumental das classes opressores, as quais dão legitimidade e sustentáculo aos outros poderes⁹⁰⁷.

Jesus é o primeiro mártir do Reino de Deus. Tinha consciência de que seu engajamento em todas as dimensões o levaria ao martírio, pois assim é o fim dos profetas, tal como o foi João Batista. No momento pós-pascal, o relato de grande envergadura é o do mártir Estevão (At 6, 8; 7), entre 33-37 d. C.; provavelmente. Estevão é tipo Jesus com um agravante a menos: é apedrejado! (At 7, 55). Jesus é crucificado pelas mãos dos ímpios! (At 2, 23). Martírios dos cristãos nas perseguições do primeiro século da era cristã eram comuns. Nas décadas de 60 e de 90 d. C. foram bastante acentuadas as perseguições e os martírios. Os apóstolos foram perseguidos e martirizados. O primeiro foi Tiago por volta do ano 62 d. C., Pedro e Paulo no ano 64 (ou 67) d. C., em Roma, provavelmente⁹⁰⁸. Há uma Igreja dos mártires no Apocalipse. No século II, o cristão é um configurado com Jesus Cristo crucificado. Muitos se destacam: Policarpo, Justino, Inácio de Antioquia e Tertuliano. Essa Igreja de mártires se estendeu até o quarto século, perseguida e martirizada. Vivia entre as catacumbas e a arena do coliseu. Aqui se imaginam os alicerces históricos da Igreja dos pobres como povo-crucificado⁹⁰⁹.

Considerando Pedro como o primeiro Papa⁹¹⁰, pode-se afirmar acertadamente ter havido papas mártires. Pedro residiu primeiro em Antioquia, depois em Roma (a partir do ano 42), provavelmente onde encontrou o martírio em 64 d. C. Houve nos primeiros séculos da era cristã, outros papas martirizados como Calisto I⁹¹¹. Durante os dois milênios de evangelização e da Igreja sempre

⁹⁰⁷ COMBLIN, J. *A profecia na Igreja*, op. cit., p. 31. Há vasta literatura profética na Teologia da Libertação. Cita-se aqui, um dos últimos ensaios sobre o assunto, onde o teólogo José Comblin reacende a reflexão para dizer que profecia não é coisa do passado, mas deve ser sempre de todos os tempos, mormente na atualidade.

⁹⁰⁸ Bíblia de Jerusalém. (Português). São Paulo: Paulus, 2003. No quadro cronológico.

⁹⁰⁹ BAUMEISTER, T. Mártires e perseguidos nos primórdios do cristianismo. *Concilium*. V. 183, [mar.] 1983, p. 5[261]-12[268].

⁹¹⁰ MCBRIEN, R. P. *Os papas: os pontífices de São Pedro a João Paulo II*. São Paulo: Loyola, 2000, p. 32.

⁹¹¹ Ibid., p.47.

houve e ainda há mártires. Na idade medieval, o grande sonho de santidade era o martírio. Este era a forma mais perfeita de santidade. O que vem a ser o martírio? Não há uma única compreensão deste. Na história da Igreja, com todos os evangelizadores em todas as culturas aconteceram martírios. Conforme Leonardo Boff há uma reflexão sistematizada do martírio em duas dimensões:

Em primeiro lugar, o martírio é possível porque existem quem preferem sacrificar a própria vida a ser infiéis às suas convicções. Para o mártir nem tudo vale; podem configurar-se situações em que a consciência pede a aceitação da perseguição e do sacrifício da vida em testemunho da verdade. *Em segundo lugar*, o martírio é possível porque há pessoas ou instâncias que rejeitam o anúncio e a denúncia; perseguem, torturam e matam⁹¹².

8.5.1. Martírio hoje na América Latina

Há muitos mártires tanto no cristianismo - nas diversas igrejas – como fora do cristianismo, embora ambos lutem por justiça, liberdade e paz. Ainda há os anônimos os quais são martirizados no cotidiano, paulatinamente, vítimas da fome, da violência, dos serviços escravos clandestinos, do malogro nos interiores, das humilhações nos hospitais públicos. Entre os bispos mártires, destaca-se Dom Oscar Romero, martirizado (assassinado) no dia 24 de março de 1980, enquanto celebrava a missa, em El Salvador⁹¹³. Foi declarado servo de Deus pelo Papa João Paulo II. Entre os religiosos (as), atualmente, como já se citou acima, a Irmã Dorothy Stang⁹¹⁴. São martírios pela fé e seguimento de Jesus, mártir do Reino de Deus. Talvez esses martírios expliquem a resistência e a perseverança das CEBs.

Tradicionalmente, o martírio é pelo amor à Fé e ao seguimento de Jesus. Os mártires do cristianismo estão para provar. As perseguições pela fé são martírios. Isso porque a morte de Jesus foi consequência de sua luta contra os detentores do poder tanto religioso quanto político. Para Rahner, a morte tanto pode ser prevista pela perseguição como pode ser aceita nas formas mais anônimas, da mesma maneira como o foi com referência aos mártires da antiguidade cristã. É também como consequência de uma luta ativa pela justiça e outras realidades e valores cristãos. Citando Tomás de Aquino, Rahner declara “que através de uma morte que tenha relação explícita com Cristo, pode alguém

⁹¹² BOFF, L. Martírio: Tentativa de uma reflexão sistemática. *Concilium*. V. 183, [mar.] 1983, p.17[273]-24[280].

⁹¹³ COMBLIN, J. *A profecia na Igreja*, op. cit., p. 216.

⁹¹⁴ MURPHY, R. *Mártir da Amazônia*, op. cit.

ser mártir quando defende a sociedade contra os ataques de seus inimigos que pretendem perverter a fé cristã⁹¹⁵”. Para Leonardo Boff, sistematicamente, o martírio tem Jesus Cristo como o sacramento fontal⁹¹⁶. Jesus é o profeta-mártir porque enfrentou a perseguição até a morte e assumiu o ser do “servo sofredor” em Isaías. O apocalipse põe Jesus como “mártir fiel e verdadeiro” (Ap 1,5; 3,16). São mártires por causa do seguimento e participação na vida de Jesus do início ao fim: “Sereis odiados por todos por causa de meu nome [...]. Sereis levados diante dos governadores e dos reis por minha causa [...]. O discípulo não está acima do mestre” (Mt 10, 17-36).

Esse seguimento e participação na vida de Jesus levam a uma entrega e serviço de fidelidade incondicional à vontade de Deus. Destarte, o martírio possui um valor sacramental em primeiro lugar porque nele se enuncia uma “alta significação” antropológica. O mártir entrega sua vida total a um Deus ou a uma causa de valor supremo. Seu gesto de amor e coragem suprema se faz sacramento da verdade. Em segundo lugar, o mártir é um sacramento eficaz produtor da verdade para a Igreja. A Igreja tem mártires os quais são a sua glória. Ele cria a verdade e manifesta a santidade da Igreja de Cristo. Assim, “mártir é todo aquele que sofreu a morte violenta por causa de Deus ou por causa de Cristo, ou por causa de uma prática de vida derivada da fé em Deus e em Cristo, ou por fim, por aquilo que constitui o verdadeiro conteúdo da Palavra de Deus e Cristo: A verdade e a justiça⁹¹⁷”.

8.5.2. Martírio como santidade política

Jon Sobrinovê o martírio em duas dimensões inseparáveis: Uma santidade política e uma política exigindo santidade. Uma santidade gerando uma ação transformadora do mundo e esta no mundo deve gerar santidade porque é ação de amar solidário com os sofredores, principalmente, os empobrecidos.

Em primeiro lugar, uma santidade política. Citando Dom Romero: “Uma religião bem aprofundada conduz aos compromissos políticos e deve criar

⁹¹⁵ RAHNER, K. Dimensões do martírio: Tentativa de ampliar um conceito clássico. *Concilium*. V. 183, [mar.] 1983, p. 13[269]-16[272].

⁹¹⁶ BOFF, L. Martírio: Tentativa de reflexão sistemática, *op. cit.*, p. 17[273]-24[280].

⁹¹⁷ *Ibid.*, p. 17[273]-24[280].

conflitos em um país como o nosso, onde reina a injustiça social⁹¹⁸. É necessário analisar três pontos sobre a Santidade Política como o serviço do bem comum – Política com “P” maiúsculo. Inicialmente, a santidade vem de Deus. Só Ele é o Santo e digno de louvor e adoração (Is 6, 3). Na nova economia salvífica Jesus é o Santo por que é Deus como está atestado na confissão de fé de Pedro: “Senhor, a quem iremos? Tu tens palavras de vida eterna e nós cremos e reconhecemos que és o Santo de Deus” (Jo 6, 69).

A santidade cristã significa viver conforme a vontade de Deus como o Cristo. Essa vontade de Deus é viver o mandamento do amor a Deus e ao próximo. Esse mandamento do amor se manifesta como “amor político”⁹¹⁹. Esse “amor político” exige “*metanóia*” tanto individual como das estruturas sociais. Exige misericórdia (em Deus há entranhas misericordiosas⁹²⁰) diante do sofrimento do outro, leva-o à solidariedade com esses sofredores para estabelecer a justiça. A realidade fontal é a *misericórdia* como força para exercer a *solidariedade* com isso estabelecer dinamicamente a *Justiça* do Reino de Deus. O amor político é corresponsável, eficaz e transformador. Um amor a sonhar com utopias se fazendo “*topias*” por essa ação transformadora. Posteriormente, o amor político é matéria fundamental da santidade política. Significa dizer: é um amor “*kenótico*”, de abaixamento até o empobrecido, por isso, exige ascese e despojamento, denúncia das estruturas injustas e anúncio de uma nova realidade. Em virtude dessa denúncia há perseguições e morte pela causa da Justiça. E por terceiro, essa santidade política acontece pelo testemunho da santidade de Deus de forma encarnatória conforme Jesus.

Deus, Mistério Santo, a partir de Jesus, não é somente o transcendente – totalmente outro – mas é o Deus que se aproximou e se afinou com a humanidade, no dizer do prólogo joanino assumiu o mais débil, mais fraco, mais aviltado: “E o verbo se fez carne” (*sarx*⁹²¹), no sentido bíblico. Não afirmou “E o verbo se fez homem” (*ântropos*). Assim, essa aproximação e afinidade são como os mais

⁹¹⁸ SOBRINO, J. Perfil de uma santidade política. *Concilium*. V. 183, [mar.] 1983, p. 25[281]-33[289].

⁹¹⁹ SEGUNDO, J. L. *O homem de hoje diante de Jesus de Nazaré*, v. 2, 1, op. cit., p. 107-129.

⁹²⁰ BINGUEMER, M. C. L.

⁹²¹ SESBOÜÉ, B. *História dos dogmas: O Deus da Salvação*. Tomo 1. (Séculos I-VIII). São Paulo: Loyola, 2002. Capítulo VII: Cristologia e soteriologia. Éfeso e Calcedônia (Séculos IV-V). p. 291-353: A escola de Alexandria polariza o esquema “*Logos-sarx*” com Cirilo e a de Antioquia polariza o “*Logos-ântropos*” com Diodoro de Tarso. O vencedor nos Concílios foi o “*Logos-sarx*” de Cirilo de Alexandria.

pobres da terra. Com os empobrecidos conforme Puebla (n. 1142), por isso, é mister dizer tratar-se uma aproximação e afinidade “parciais” de Deus com os empobrecidos.

Em segundo lugar, há de se analisar uma política exigindo Santidade. E essa política começa com a práxis do poder-serviço. O político é para servir aos empobrecidos. Essa política do poder-serviço é a mesma de Jesus, conforme Jon Sobrino: “Jesus aparece como pobre, serviçal, aniquilado e crucificado e, por isto e através disto, exaltado; quando o verdadeiro Deus aparece como parcial para os pobres e oprimidos, como libertador através do amor e como quem entrega o Filho; numa atrevida metáfora: como Deus libertador e crucificado⁹²²”. A política exige santidade necessitando ser eficaz na verdade de um coração limpo para estabelecer exigências éticas e morais. Ela exige uma ascese da gratuidade do serviço e um assumir valores éticos e morais que manifeste essa santidade a partir dos valores evangélicos e universais: justiça, verdade, solidariedade, fraternidade, liberdade, igualdade e paz.

Por fim, a partir disso, a ação política – por ser ético-moral – deve necessariamente manter a utopia do Reino de Deus – valores universais – projetando-se para a transcendência, o além da história. Isso significa: o “político santo” está sempre imbuído dos valores terrenos – o bem comum – com os valores eternizando-se além da história, a “reserva escatológica”: Reino de Deus. Sem dúvida, essa política leva à perseguição e até a morte, por isso, é martírio⁹²³.

Jon Sobrino, num dos últimos artigos sobre o martírio põe em quatro grandes interpelações o martírio na América Latina⁹²⁴. Primeira interpelação é a encarnação, para “superação da irreabilidade”. No terceiro milênio e no terceiro mundo as grandes maiorias são miseráveis e oprimidas em todas as suas dimensões: históricas, humanas, culturais, etnias, gênero, trabalho globalizado, os fundamentais direitos e valores como liberdade, fraternidade, paz, justiça e igualdade são desrespeitados bem como a dignidade da pessoa humana.

A Igreja necessita se encarnar nessa realidade para se chegar a ser “real”. A Igreja precisa viver sua “*kênosis*” no seguimento do seu fundador Jesus Cristo, filho de Deus, o qual se encarnou no meio do mais fraco: *sarx*. “E o verbo se fez

⁹²² SOBRINO, J. *Jesus na América Latina*, op. cit., p. 23s.

⁹²³ Id. Perfil de uma santidade política, op. cit.

⁹²⁴ Id. Os mártires: interpelação à Igreja. *Concilium*. V. 299, jan [2003], p.142-152.

carne e habitou entre nós” (Jo 1, 14). Segunda interpelação é a missão, “compaixão para com a realidade”. Esta encarnação leva a uma missão de salvar um povo a partir dos mais empobrecidos anunciando o Evangelho a toda criatura. Precisa apresentar mediante seu serviço profético como as denúncias as injustiças e os anúncios dos valores do Reino de Deus como misericórdia e solidariedade para estabelecer a Justiça do Reino de Deus no mundo.

A Igreja no Brasil em um dos seus documentos já deste novo milênio reassume esta posição profética quando discorre sobre o profetismo tendo a *Evangelii Nuntiandi* com fonte inspiradora, por isso, começa pelo âmbito do anúncio do quérigma de Jesus Cristo, morto/ressuscitado para a construção do Reino para depois falar do profetismo como denúncia. Assim, a Igreja no Brasil se reafirma como uma Igreja profética denunciando as injustiças, as opressões e as explorações de todos os tipos, ao mesmo tempo, em que anuncia corajosamente os valores do Reino de Deus.⁹²⁵ Terceira interpelação é a cruz, “arcar com o peso da realidade”. Para ser verdadeiro há de passar por perseguição e morte, assim o afirmou Jesus. Esse serviço do Evangelho para instaurar o Reino de Deus leva o seguidor de Jesus a enfrentar corajosamente a cruz pelo Reino e, por isso, custa-lhe muito caro: perseguições e mortes. Quarta interpelação é a ressurreição, “deixar-se levar pela realidade”. Quem se encarna, quem assume a missão e arca com suas consequências até a cruz em ato de coragem sendo fiel e em gesto de doação como o servo Jesus, apresenta-se nele (a) a força maior do “amor eterno” (Jr 31, 3) e ressuscita já aqui na história pelo poder desse Deus-amor. Significa chegar à plenitude do amor e por isso à vitória.

Assim, a Igreja dos mártires pelo poder do amor vence a morte e chega à vitória: da liberdade vencendo a opressão, da alegria vencendo a tristeza, do amor vencendo o desamor⁹²⁶.

8.6. Ressurreição histórica dos povos-crucificados

Este tema da “ressurreição histórica” da Igreja dos pobres ou dos povos crucificados aqui na América Latina quer afirmar ser a mesma realidade. Partindo de Jesus como servo de Deus para os profetas-mártires e os povos-crucificados se pode afirmar essa pericórese tríplice. Entretanto, a ótica para se entender Jesus é

⁹²⁵ Veja-se também: Documentos da CNBB, n. 80. Vejam-se, respectivamente, os capítulos: 2 e 3.

⁹²⁶ SOBRINO, J. Os mártires: interpelação à Igreja, *op. cit.*

sempre a partir dos povos crucificados. Por isso, a soteriologia de Jesus também por extensão encontra-se nos outros dois pólos: profetas-mártires e povos-crucificados. Esta afirmação só é possível fazer a partir de um contexto, aqui ousadamente, do contexto latino-americano, onde há constantemente evangelizadores martirizados e seus povos, sejam nativos, afro-descendentes, colonos ou de estrato social similar⁹²⁷. Os povos crucificados tanto da América Latina como em todo terceiro mundo pode-se afirmar serem eles o “bode expiatório⁹²⁸”, atualmente, por isso também formam o princípio hermenêutico para ler a Bíblia e fazer teologia. No dizer de Jon Sobrino, estes povos carregam os pecados dos povos dos países ricos do primeiro mundo⁹²⁹:

No cântico se diz que o servo carrega os pecados alheios e que com isso salva os pecadores de seus pecados. Desta forma se diz tanto o que é pecado como o que se deve fazer com ele. Pecado é, em primeiro lugar, o que mata, o que produz vítimas tão reais e visíveis como é o servo. Pecado é o que matou Jesus e pecado é o que continua matando o povo crucificado. O que há de ofensa invisível a Deus é historizado na ofensa visível à vítima. “Morrer por nossos pecados”, afirmação tão fundamental no NT, significa, antes de tudo, ser triturado histórica e realmente pelos pecadores. Por outro lado, o que fazer com o pecado – pergunta também fundamental no NT – fica claro: erradicá-lo, mas com uma condição essencial: carregando-o. E carregar o pecado de outros é, antes de assumir o que o pecado tem de culpa, carregar sua objetivação histórica: ser triturado, moído, morto. O povo crucificado, certamente nisto e, sobretudo nisto, assemelha-se ao servo sofredor. O povo crucificado leva sobre seus ombros os pecados de seus opressores. Não há nada de retórico em afirmar que camponeses e indígenas carregam o que os poderosos e oligarcas puseram sobre seus ombros, que o Terceiro Mundo carrega o que os outros Mundos puseram sobre seus ombros. Essa carga os destrói e morrem como o servo. A desfiguração do rosto do Terceiro Mundo é o preço da *maquillage* de outros Mundos; sua pobreza, o de sua abundância; sua morte, o de sua vida. Nas palavras de Ignacio Ellacuría, os sucessivos dominadores e depredadores deixaram a América Latina “como um Cristo”. Ao carregar histórica e realmente o pecado, porém, o servo pode erradicá-lo, converter-se em luz e salvação, e se consuma o escandaloso paradoxo. O povo crucificado é então o portador da “soteriologia histórica”, e nisso consiste a especificidade e a maior novidade da análise teológica do servo que se faz na América Latina, de modo diferente de outras latitudes⁹³⁰.

Tendo este texto como base nessa “ressurreição histórica” dos povos crucificados, é importante destacar, em primeiro lugar, os povos-crucificados

⁹²⁷ Id. *Jesus, o libertador*, op. cit., p. 374.

⁹²⁸ SOARES, S. A. G. Leitura bíblica na América afro-latíndia e as sugestões de René Girard. In: ASSMANN, H. (Org.). *René Girard com os teólogos da Libertação: Um diálogo sobre ídolos e sacrifícios*. Petrópolis: Vozes; Piracicaba: UNIMEP, 1991, p. 273-279.

⁹²⁹ SOBRINO, J. *Jesus, o libertador*, op. cit., p. 375.

⁹³⁰ Ibid., p. 375.

afirmam a existência de grandes pecados estruturais. Contudo, estes mesmos povos oferecem a possibilidade de conversão como nenhum outro pode oferecer⁹³¹ para construir a partir deles um “outro mundo possível”⁹³² mediante valores oferecidos por eles mesmos. Em Puebla destacou-os corajosamente como “os valores evangélicos de solidariedade, serviço, simplicidade e disponibilidade para acolher o dom de Deus” (Puebla, 1147). Esses valores são um “potencial evangelizador” porquanto “os pobres têm um potencial humanizador porque oferecem comunidade de comunhão contra o individualismo, serviçalismo contra o egoísmo, simplicidade contra a opulência, criatividade contra o mimetismo cultural imposto, abertura à transcendência contra o positivismo estúpido e o pragmatismo crasso”⁹³³.

Jon Sobrino tendo Ellacuría como companheiro da caminhada e de pensamento ainda sublinha sete valores desses povos crucificados os quais vivem num caminhar de “ressurreição histórica”, ou seja, numa verdadeira “soteriologia histórica”. Eles são portadores da salvação histórica até para os seus opressores⁹³⁴. Pode-se sublinhar o primeiro por serem estes povos produtores de esperança⁹³⁵. Uma das dimensões fundamentais do ser humano também se estende à comunidade, às sociedades e aos pobres, sobretudo, quando vivem em situações de opressões e crises globais. O ser humano tanto na sua condição histórica quando na sua dimensão de transcendência é um ser de abertura projetado para o infinito⁹³⁶.

Segundo oferece um grande amor⁹³⁷ não só no sentido de uma virtude, mas, sobretudo, “um amor das longas relações”⁹³⁸ como afirmou Paul Ricoeur. Um amor não só sentimento interior, mental, (do coração, dito simbolicamente), mas um amor das macro-relações em todas as dimensões dos seres humanos já que estes se caracterizam como um ser de abertura, mas mantendo sua identidade coesa e ao mesmo tempo projetando-se em todas as dimensões como um “nó de

⁹³¹ Ibid., p. 378.

⁹³² SUSIN, L. C. (Org.). Fórum Social Mundial sobre a Teologia da Libertação, *op. cit.*

⁹³³ SOBRINO, J. *Jesus, o Libertador*, *op. cit.*, p. 378s.

⁹³⁴ Id. *O princípio misericórdia*, *op. cit.*, p. 92.

⁹³⁵ Id. *Jesus, o Libertador*, *op. cit.*, p. 379.

⁹³⁶ BOFF, L. *Homem: Satã ou anjo bom?* *Op. cit.*, p. 178.

⁹³⁷ SOBRINO, J. *Jesus, o Libertador*, *op. cit.*, p. 379.

⁹³⁸ Apud: PIXLEY, J.; BOFF, C. *Opção pelos pobres*, *op. cit.*, p. 141.

pulsões e relações⁹³⁹” como afirma Leonardo Boff dentro da percepção do século XX e também neste alvorecer do século XXI.

Terceiro este povo possui uma capacidade *de perdoar*⁹⁴⁰ sempre, pois é possível conviver mesmo entre os seus opressores. Nem querem triunfar sobre seus opressores nem muito menos vingar-se, apenas conviver implantando assim de forma gratuita a vida humana como participantes de suas sociedades com seus valores humanos e porque não dizer transcendentais⁹⁴¹. Dom Hélder Câmara manifestou isso muito bem quando na sua solene proclamação “Mariama” na missa dos quilombos em Recife:

[...] Mariama, Nossa Senhora! Mãe querida! Nem precisa ir tão longe como no teu hino: Nem precisa que os ricos saiam de mãos vazias e os pobres de mãos cheias. Nem pobre e nem rico! Nada de escravos de hoje ser senhor de escravos amanhã. Basta de escravos! Um mundo sem senhores e sem escravos! Um mundo de irmãos! De irmãos não só de nome e de mentira, mas um mundo de irmãos de verdade, Mariama! (REB 61, 241, março 2001, p. 174).

Quebra assim toda a dialética de cunho conflituoso, de lutas, para assumir uma postura correlacional onde haja irmãos por um processo de conversão mediante a mensagem e graça de Cristo.

Quarto porque geram uma solidariedade⁹⁴² entre si e com os outros em momentos históricos e esporádicos como em nenhum outro povo. Esta solidariedade entre os povos crucificados não é do maior para o menor de forma dissimétrica, de cima para baixo, mas simétrica, uma solidariedade mútua entre iguais⁹⁴³. Ninguém se põe maior do que o outro. Todos a partir do batismo são iguais se forem cristãos e se não cristãos ou religiosos podem ser vistos como iguais no princípio básico segundo o qual todos os seres humanos são iguais⁹⁴⁴ por sua natureza da raça humana, - diferente de igualitarismo – o código dos direitos humanos já afirma acertadamente. A *conditio sine qua non* para a

⁹³⁹ BOFF, L. *A vida para além da morte*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 17.

⁹⁴⁰ SOBRINO, J. *Jesus, o Libertador*, op. cit., p. 379.

⁹⁴¹ Id. *O princípio misericórdia*, op. cit., p. 94.

⁹⁴² Id. *Jesus, o Libertador*, op. cit., p. 380.

⁹⁴³ Id. *O princípio misericórdia*, op. cit., p. 94.

⁹⁴⁴ MORIN, E. O diálogo supõe a igualdade. In: CASTRO, G.; DRAVET, F. (Org.). *Sob o céu da cultura*. Brasília: Thesaurus; Casa das Musas, 2004, p. 19ss.

convivência solidária é o diálogo e este só é possível entre pessoas que embora diferentes se constituam como iguais.

Quinto porque oferece uma *fé* inarredável em Jesus Cristo. Conforme Sobrino, esta fé constitui o “modo de ser da Igreja e uma santidade mais verdadeiros e mais cristãos, mais relevantes para o mundo atual e mais recuperadores de Jesus”⁹⁴⁵. Uma fé, sobretudo em Jesus crucificado, onde se vive como numa conjunção de cruces, de sofrimento porque o povo sofre e afirma como profissão de fé: “mais sofreu Jesus”. Eis por que a fé num Jesus histórico participante das lutas e sofrimentos do povo é também uma fé na vitória da ressurreição de Jesus; e por isso sempre se alça com uma força e coragem de inquebrantável firmeza e certeza da vitória de um povo sofredor, mas não se abate; morre, mas não se aniquila, a certeza da vitória está sempre em suas vidas.

Sexto porque esses valores são experimentados e oferecidos com muita *gratuidade*. São povos da gratuidade⁹⁴⁶. Quem convive no meio popular pode testemunhar esse valor de quintessência do cristianismo e nos povos crucificados – a Igreja dos pobres. No mundo do mercado e dos interesses financeiros, no qual não há muito a experiência da graça e quando acontece, por exemplo, o sacramento do perdão de Deus na confissão sempre se exige uma penitência como “pagamento” ao gesto misericordioso de Deus, não há espaço para compreender a gratuidade. Este valor supino se patenteia nos povos crucificados, sobretudo na sua capacidade de perdoar e de não revidar.

E por fim, o sétimo valor porque oferta a luz e salvação⁹⁴⁷. Não se quer afirmar que não existam mais valores, mas até por uma questão de simbolismo do número sete, conclui-se para não haver delongas. Oferecer luz e salvação é sem dúvida em primeiro lugar mostrar Jesus como ensinamento – sabedoria divina e humana - e por se tratar dos povos crucificados diz-se ser sua própria experiência de vida portadora de luz e salvação. Jesus não é conhecido a partir dos dogmas, mas a partir de uma experiência. Há uma identificação quase ontológica dos pobres crucificados com Jesus⁹⁴⁸, também um crucificado. Afirma-se “quase ontológica” para não se cair numa confusão entre Jesus e esses povos crucificados

⁹⁴⁵ Id. *O princípio misericórdia*, op. cit. 94. Id. *Jesus, o Libertador*, op. cit., p. 380.

⁹⁴⁶ Id. *Jesus, o Libertador*, op. cit., p. 380.

⁹⁴⁷ Ibid., p. 380. Id. *O princípio misericórdia*, op. cit., p. 94.

⁹⁴⁸ PIXLEY, G.; BOFF, C. *Opção pelos Pobres*. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 133ss.

– os pobres crucificados – entretanto, é bom relembrar o já refletido anteriormente em Mateus: “Em verdade vos digo: todas as vezes que o deixastes de fazer a um desses mais pequeninos, foi a mim que o deixastes de fazer” (Mt 25, 45).

Convém esclarecer que essa salvação oferecida pelos povos crucificados não se trata da uma realidade última, teleológica transcendental, pois, é uma evidência neste trabalho ser esta “realidade última” Jesus com seu Reinado. Ele é o Cristo Senhor (At 2, 36). Mas em se tratando do Reinado de Deus e Jesus como uma dualidade numa unidade inseparável como assegura Jon Sobrino, esses povos crucificados podem oferecer salvação tanto histórica como além da história porque esta se constrói sobre aquela. Quando se pensa a salvação entre os povos, percebe-se quanto os do primeiro mundo podem ser agraciados e libertados pelos povos crucificados⁹⁴⁹. Evidentemente se receberem essas ofertas gratuitamente. O autor norteador dessa reflexão conclui com as palavras de Inácio Ellacuría afirmando não haver aqui nada de “idealismos a-históricos nem de puras afirmações transcendentais que não sejam historicizáveis⁹⁵⁰”. A situação dos mártires latino-americanos mostra não terem sido em vão suas vidas. Elas se associam à vida do primeiro mártir dessa nova era de Deus: Jesus.

Eu gostaria de ratificar o seguinte: todo esse sangue martirial derramado em El Salvador e em toda a América Latina, longe de levar ao desânimo e ao desespero, infunde novo espírito de luta e nova esperança em nosso povo. Neste sentido, se não somos um ‘novo mundo’ nem ‘novo continente’, somos claramente e de uma maneira verificável – e não exatamente pelas pessoas de fora – um continente de esperança, o que é um sintoma sumamente interessante de uma futura novidade frente a outros continentes que não têm esperança e que a única coisa que realmente têm é medo⁹⁵¹.

Assim, as realidades se cruzam: Jesus e os povos crucificados bem como a salvação de Jesus Cristo e a soteriologia histórica desses povos crucificados. As vidas de ambos se entrecruzam para serem assim “luz e salvação universais”, pois os povos crucificados, por estarem ligados a Jesus pela fé e pela situação de vida em sacrifício pelos seus martírios, oferecem, sacramental e oportunamente, a

⁹⁴⁹ SOBRINO, J. *O princípio misericórdia*, op. cit., p. 95.

⁹⁵⁰ Ibid., p. 95.

⁹⁵¹ ELLACURÍA, I. Quinto centenário... p. 16. Apud: SOBRINO, J. *O princípio misericórdia*, op. cit., p. 95.

salvação aos povos do primeiro mundo quando eles forem abertos para receber a sabedoria dos pobres e por isso se salvarem.

8.7. Conclusão

Concluindo este sétimo capítulo da terceira parte desta tese, o qual elabora uma cristologia dos povos-crucificados, identificados com Jesus-servo de Deus, convém afirmar ser um capítulo que mais revela a cristologia de Jon Sobrino desde os seus primórdios nos anos oitenta como se viu em artigos já supracitados até o último dos seus escritos: “Fora dos pobres não há salvação”.

Neste sponsal místico entre Jesus-servo de Deus e os povos-crucificados, ambos vítimas de um mundo de vitimadores, surge uma “soteriologia histórica”. O termo é cunhado pelo teólogo-mártir Ignacio Ellacuría para afirmar serem os povos-crucificados portadores de uma “soteriologia histórica”. Entretanto, há de fazer cristologia sempre começando por Jesus-servo de Deus, pois Ele é o Deus crucificado com os povos-crucificados e os profetas-mártires, dentre tantos, Dom Oscar Romero. O teólogo norteador desta tese vê grande proximidade entre os povos-crucificados e a Igreja dos pobres. Na América Latina, Igreja dos pobres e povos-crucificados é a mesma realidade. Também o teólogo José Comblin afirma ser a mesma realidade Igreja dos pobres e os pobres, no seu livro “O povo de Deus”⁹⁵². Quando a Igreja da América Latina faz a “opção preferencial pelos pobres” e usou o método ver, julgar e agir como instrumental de sua reflexão e ação pastoral está praticamente afirmando a correlação existente entre Povos-crucificados e Igreja dos pobres, pois a partir destes se faz uma nova hermenêutica teológica. Não é outra Igreja ou uma Igreja paralela a Igreja universal. Mas, aqui é a Igreja dos pobres é a mesma Igreja universal em muitos lugares, pois, todo o povo é pobre.

Retomando o esquema da Constituição dogmática *Lumen Gentium*, pôde-se perceber ser a mesma Igreja, a afirmação de que a Igreja é o povo de Deus, o qual se mostra como um povo com uma eleição messiânica participando dos três múnus de Cristo: profético, régio e sacerdotal na reconfiguração de uma nova Aliança a partir de Cristo como profeta, rei e sacerdote. A missão de pregar o

⁹⁵² COMBLIN, J. *O povo de Deus*, op. cit., p. 238-281.

Reino de Deus sendo “luz para as nações” está patente na Igreja dos pobres e povos-crucificados, pois sendo a mesma realidade são como “*servos-luzes*” para todos. O Povo de Deus manifesta “beleza” pela sua estética paradoxal assombrando pelo inaudito conforme Jon Sobrino. Ergue-se assim uma coragem profética de denúncia e anúncio do Reino desmascarando toda mentira e idolatria existente em seu meio. Um povo que usa o princípio-misericórdia como fonte de solidariedade para praticar o “Direito e a Justiça” do Reino de Deus. Um povo pascal, pois possui seu destino de perseguições e martírios, uns patentes e outros lentamente na latência da história. Um martírio anônimo sem ter alguém que clame. Por isso, os bispos do nordeste brasileiro logo após a Assembleia de Medellín escreveram um documento intitulado: “Ouvi o clamor do meu povo”. Assim, Jesus sendo o primeiro mártir, havendo profetas-mártires e povos-crucificados, também mártires, há uma semelhança, proximidade e afinidade com o Servo justo e inocente do Dêutero-Isaías.

Destarte, estes povos-crucificados bem como os profetas-mártires porque os são seguidores de Jesus-servo crucificado/ressuscitado oferecem pelo menos sete características de seu destino histórico e escatológico: a primeira é a conversão, a segunda é o amor-ágape, a terceira é capacidade de perdoar, a quarta é a solidariedade, a quinta é a fé inarredável em Jesus Cristo, a sexta é a gratuidade e sétima, como número da plenitude bíblica, são povos portando “luz e salvação” para si e para outros porque eles estão estreitamente ligados a Jesus-servo de Deus, o Cristo-salvador.